

Legislação

Legislação Informatizada - Decreto nº 50.735, de 7 de Junho de 1961 - Publicação Original

Veja também: _____

Dados da Norma

Decreto nº 50.735, de 7 de Junho de 1961

Promulga a Convenção para o Fomento das Relações Culturais interamericanas, assinada em Caracas, a 28 de março de 1954.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA:

Havendo o Congresso Nacional aprovado pelo Decreto Legislativo nº 21, de 15 de dezembro de 1959, a "Convenção para o Fomento das Relações Culturais Interamericanas" assinada em Caracas, a 28 de março de 1954, por ocasião da X Conferência Interamericana, e tendo sido a mesma ratificada por Carta de 14 de julho de 1960, a qual foi depositada a 7 de outubro de 1960 junto à União Panamericana;

Decreta que a referida Convenção, apensa por cópia ao presente Decreto seja executada e cumprida tão inteiramente como nela se contém.

Brasília, em 7 de junho de 1961, 140º da Independência e 73º da República.

JÂNIO QUADROS

Afonso Arinos de Melo Franco

CONVENÇÃO PARA O FOMENTO DAS RELAÇÕES CULTURAIS INTERAMERICANAS

Os governos representados na Décima Conferência Interamericana,

CONSIDERANDO:

Que um maior conhecimento e entendimento dos povos e instituições dos países membros da Organização dos Estados Americanos contribuirão afim de atingir os propósitos para que foi convocada a Conferência; e

Que são meios apropriados para lograr tal fim o intercâmbio de professôres, mestres e estudantes entre os países americanos, e o estímulo de relações mais estreitas enter os organismos não oficias que contribuam para formar a opinião pública;

Resolvem:

Rever o texto e fortalecer o espírito da Convenção para o Fomento das Relações Culturais Interamericanas, assinada em Buenos Aires em 1936, e, para êsse fim convém nos seguintes artigos:

Artigo 1

Cada govêrno concederá, anualmente, dentro de suas possibilidades, uma ou mais bôlsas de estudos para o ano letivo seguinte, a cada um dos outros Estados Membros, as quais poderão ser outorgada a possuidores de diploma universitário, ou a professôres ou pessoas de equivalente grau de cultura. Os bolsistas serão escolhidos conforme o processo estabelecido no Artigo 4 da Convenção. Não obstante o disposto neste artigo, cada govêrno poderá conceder

maior número de bolsas de estudos se assim se tiver estabelecido em outros acordos internacionais ou de outra forma.

Artigo 2

Cada bolsa outorgada pelo órgão competente dará direito à matrícula no estabelecimento e ensino superior designado pelo país que a conceder, bem como a livros de estudo, material de trabalho e à mensalidade para cobrir as despesas de alojamento, manutenção e outros gastos adicionais indispensáveis. As despesas de ida ao lugar da instituição designada e as de volta ao país de origem, bem como as eventuais durante a viagem, serão custeadas pelo beneficiado ou pelo governo que o designar.

Artigo 3

Cada governo notificará os demais governos sobre os diferentes assuntos de estudo em que pretenda conceder as bolsas, no mínimo um mês antes do prazo indicado no artigo seguinte para a mesma das listas de candidatos.

Artigo 4

As bolsas a que se refere o Artigo 1 serão concedidas depois de trocarem os governos interessados as listas, do seguinte modo:

Cada governo enviará aos demais governos, no mínimo seis meses antes do início do ano letivo do país que recebe o bolsista, salvo acordo em contrário pelos governos interessados, uma lista das pessoas de que trata o Artigo 1, juntamente com as informações respectivas, julgadas necessárias pelo país concedente. A lista deverá conter um número suficiente de nomes, que permita ao país concedente fazer a seleção dos candidatos. Este último comunicará ao governo solicitante, no mínimo 3 meses antes do início do ano letivo, a concessão das bolsas e os nomes dos beneficiados.

Os candidatos não poderão figurar nas listas mais de duas vezes. As bolsas serão outorgadas por um ano; poderão, no entanto, ser prorrogadas por dois anos e, em casos excepcionais, por três. Nenhum governo será obrigado a tomar em consideração a lista enviada por outro governo se a mesma não lhe for apresentada dentro do prazo indicado.

Artigo 5

Se, por qualquer motivo, for necessário repatriar um bolsista, o governo concedente poderá fazê-lo por conta do governo que solicitou a bolsa.

Artigo 6

Cada uma das Altas Partes Contratantes interessadas em obter a colaboração de professores ou especialistas estrangeiros e que não tenha escolhido um nome poderá fazê-lo por intermédio da União Panamericana, que encaminhará o pedido a todos os países e enviará, no prazo de três meses, a resposta do governo interessado, devendo este proceder à escolha entre os candidatos.

Os professores ou especialistas escolhidos dedicar-se-ão aos trabalhos para os quais sejam especificamente contratados.

O governo que envia os professores ou especialistas pagará as despesas de viagem dos mesmos até a sede da instituição a que se destinem e de regresso ao país de origem.

Cada governo tomará as medidas necessárias para que os professores ou especialistas recebam remuneração correspondentes aos trabalhos que lhes forem atribuídos. O governo do país de procedência do professor ou especialista compensá-lo-á de qualquer diferença desfavorável entre a remuneração recebida no exterior e a que percebia no país de origem. Entretanto em casos especiais, os governos interessados poderão fazer outros ajustes.

Artigo 7

As Altas Partes Contratantes fomentarão de outras formas, entre seus países, especialmente durante os períodos de férias, o intercâmbio, de índole cultural, de professores, artistas, estudantes e outros profissionais.

Artigo 8

Cada governo designará ou criará um órgão adequado ou nomeará um funcionário e especial com a responsabilidade de cumprir as obrigações assumidas em virtude desta Convenção.

Artigo 9

Cópias autênticas dos regulamentos que as Altas Partes Contratantes aprovaram para facilitar a execução desta Convenção serão remetidas às demais e a União Panamericana,

Artigo 10

Cada uma das Altas Partes Contratantes enviará anualmente à União Panamericana um relatório, ao qual figurarão os nomes das pessoas a que os governos tenham concedido bolsas, de conformidade com o estabelecido nesta Convenção. Do relatório constará a nacionalidade do bolsista, o valor da bolsa e o tipo da assistência que tenha recebido.

Incluir-se-ão também, nesse relatório, os dados relativos às pessoas procedentes de outros Estados americanos, que realizarem estudos universitários ou equivalentes, de acordo com outros programas de intercâmbio de pessoas ou por própria conta.

Os relatórios compreenderão ainda os dados relativos a professores e especialistas.

A União Panamericana compilará, segundo este artigo, os dados recebidos, para informação às Altas Partes Contratantes.

Artigo 11

As Altas Partes Contratantes declaram que esta Convenção se inspira no mais alto espírito de cooperação, condicionando-se a reciprocidade e às possibilidades de cada país.

Artigo 12

A presente Convenção não atinge os compromissos da mesma natureza contraídos anteriormente pelas Altas Partes Contratantes nem excluída possibilidade de se celebrarem acordos posteriores.

Artigo 13

Esta Convenção fica aberta à assinatura dos Estados Membros da Organização dos Estados Americanos e será ratificada pelos Estados signatários de conformidade com as respectivas normas constitucionais.

Artigo 14

O instrumento original cujos textos em português, espanhol, francês e inglês, são igualmente autênticos, será depositado na União Panamericana, que enviará cópias autênticas aos governos, para sua ratificação.

Os instrumentos de ratificação serão depositados na União Panamericana, que notificará os governos signatários sobre o respectivo depósito.

Artigo 15

A presente Convenção entrará em vigor entre os Estados que a ratifiquem na ordem em que depositarem os respectivos instrumentos de ratificação.

Artigo 16

A presente Convenção ficará em vigor por tempo indeterminado, mas poderá ser denunciada por qualquer dos Estados signatários mediante aviso prévio de um ano decorrido o qual cessarão seus efeitos para o denunciante, ficando em vigor para os demais. A denúncia será comunicada à União Panamericana que informará os outros Estados signatários.

Em fé do que, os Plenipotenciários abaixo mencionados, depois de haverem exibido seus plenos poderes que foram achados em boa e devida forma, assinam a presente Convenção em nome dos respectivos governos, na cidade de Caracas, no dia vinte e oito de março de mil novecentos e cinquenta e quatro.

**CONVENCION PARA EL FOMENTO DE LAS RELACIONES CULTURALE
INTERAMERICANAS.**

Los gobiernos representados, em la Décima Conferência Interamericana,

CONSIDERANDO:

Que un mayor conocimiento y entendimiento de los pueblos y de las instituciones de los países Miembros de la Organización de los Estados Americanos contribuirá al logro del propósito para el cual fue convocada la Conferencia; y

Que para lograr tal fin son medios apropiados el intercambio de profesores, maestros y estudiantes entre los países americanos y el estímulo a las relaciones más estrechas entre los organismos no oficiales que contribuyen a formar la opinión pública,

Resuelven:

Revisar el texto y fortalecer el espíritu de la Convención para el Fomento de las Relaciones Culturales Interamericanas suscrita en Buenos Aires em 1936 y, al efecto, convienen en los siguientes artículos:

Artículo 1

Todos los años cada gobierno concederá, dentro de sus posibilidades, siguiente, las cuales podrán ser otorgadas a graduados con título universitario, o a maestros, o a personas con equivalente grado de cultura, de cada uno de los otros Estados Miembros. Los becaarios serán escogidos conforme el procedimiento que establece el artículo 4 de la presente Convención Sin perjuicio de lo anterior cada gobierno podrá conceder un número mayor de becas de estudio si esto hubiere sido fijado en otros acuerdos internacionales o en otra forma.

Artículo 2

Cada beca incluirá, por intermedio del órgano que se considere apropiado, derechos de matrícula en la institución de enseñanza superior designada por el país que concede la beca, así como textos, material de trabajo, más una mensualidad para cubrir alojamiento, manutención y otros gastos adicionales indispensables. Los gastos de ida al lugar de la institución designada y los de regreso al país de origen, más una cantidad para gastos ocasionales durante el viaje, serán sufragados por el favorecido o por el gobierno que lo haya postulado.

Artículo 3

Cada gobierno notificará a los demás gobiernos los campos de estudio en que esté dispuesto a conceder las becas, por lo menos con un mes de anticipación al plazo que se indica en el artículo siguiente para el envío de las nóminas de candidatos.

Artículo 4

Las becas a que se refiere el artículo 1 se concederán después que los gobiernos interesados canjeen las listas em la forma siguiente:

Cada gobierno enviará a cada uno de los otros gobiernos, por lo menos 56 meses antes de que empiece el año escolar en el país que recibirá al becario, a menos que se acuerde de manera distinta por los gobiernos interesados, una nómina de personas de las indicadas em el artículo 1, junto con las informaciones respectivas que el gobierno que concede las becas considere necesaria. La nómina deberá contener un número suficiente de nombres que permita al país que concede las becas escoger entre los candidatos. Este último anunciará al gobierno postulante, por lo menos 3 meses antes de que empiece su año escolar, la concesión de las becas y los nombres de los favorecidos.

Los candidatos no podrán figurar más de dos veces en las nóminas. Las becas serán concedidas por un año, pero podrán ser prorrogadas a los años y en casos excepcionales, a tres. Ningun gobierno estará obligado a considerar la nómina de candidatos de cualquier otro gobierno si no ha sido presentada dentro del plazo indicado.

Artículo 5

Si por cualquier motivo fuese necesario repatriar a un becario, el gobierno que concede la beca podrá hacerlo por cuenta del gobierno que lo haya postulado.

Artículo 6

Cada una de las Altas Partes Contratantes que tenga interés em obtener la colaboración de profesores o especialistas extranjeros y que no haya elegido a determinada persona, podrá hacerlo por conducto de la Unión

Panamericana, la cual comunicará la petición a todos los países y remeterá la respuestas respectiva al país interesado, dentro del plazo de tres meses, debiendo este último elegir entre los candidatos.

Los profesores o especialistas visitantes se dedicarán a las tareas para las cuales hayan sido específicamente contratados.

El gobierno que envía a los profesores o especialistas cubrirá los gastos de viaje de cada uno de ellos de ida a la sede de la institución a que se destien y de regreso al país de origen.

Cada gobierno tomará las medidas necesarias para que los profesores o especialistas visitantes reciban el sueldo correspondiente a la tareas que les hayan sido asignadas. El gobierno del país de donde procede el profesor o especialista le compensará cualquier diferencia desfavorable entre el sueldo que deba recibir en el exterior y el que recibia en su país de origen. Sin embargo, en casos especiales los gobierno interesados podrán hacer otros arreglos.

Artículo 7

Las Altas Partes Contratantes fomentarán en otras formas, especialmente durante los periodos de vacaciones, el intercambio, de indole cultural, de maestros, artistas, estudiantes y otras personas profesionales entre sus respectivos países.

Artículo 8

Cada gobierno designará o creará un órgano apropiado, o nombrará un funcionario especial, que tenga la responsabilidad de ilevar a efecto las obligaciones asumidas en virtud de esta Convención.

Artículo 9

Los regiamentos que dicte cada una de las Atlas Partes Contratantes para facilitar el cumplimiento de esta Convención, serán remitidos en copias autenticadas a las otras Altas Partes Contratantes y a la Unión Panamericana.

Artículo 10

Cada año las Altas Partes Contratantes enviarán a la Unión Panamericana un informe en el cual enumerarán las personas que hayan sido favorecidas com becas por parte de los gobiernos de acuerdo com lo establecido por la presente Concención. Este informe deberá indicar la nacionalidad de los becarios y la cantidad de dinero y el tipo de asistencia que hayan recibido.

Se incluirán también en esse informe los datos referentes a las personas provenientes de otros Estados americanos, que sigan estudios universitarios o equivalentes de acuerdo com otros programas de intercambio de personas o por su propia cuenta.

Los informes precedentes comprenderán además los datos relativos a profesores y especialistas.

La Unión Panamericana compilará los datos recibidos según este artículo para información delas Atlas Partes Contratantes.

Artículo 11

Las Altas Partes Contratantes declaran que la presente Convención está inspirada en el más alto espíritu de cooperación, condicionándose la reciprocidad a las circunsntancias propias de cada país.

Artículo 12

La presente Convención no afecta los compromisos de la misma naturaleza contraidos anteriormente por las Atlas Partes Contratantes, in excluye la posibilidad de que contraigan acuerdos posteriores.

Artículo 13

La presente Convención queda abierta a la firma de los Estados Miembros de la Organización delos Estados americanos, y será ratificada por los Estados signatarios de acuerdo com sus respectivos procedimientos constitucionales.

Artículo 14

E instrumento original, cuyos textos en españos, frances, ingles y português son igualmente autenticos, será depositado en la Unión Panamericana, la cual enviará copias certificadas da los gobiernos para los fines de sua gratificación serán depositados em la Unión Panamericana y esta notificará dicho depóstio e los gobiernos signatarios.

Artículo 15

La presente Convención en vigor entre los Estados que la ratifiquem en el orden en que depositen sus respectivos instrumentos de ratificación.

Artículo 16

La presente Convención regirá indefinidamente, pero podrá ser denunciada por cualquiera de los Estados signatários mediante aviso anticipado de un año, transcurrido el cual pesará en sus efectos para el denunciante, quedando en vigor entre los demás Estados signatarios. La denuncia será comunicada a la Unión Panamericana y esta informará al respecto a los demais Estados signatarios.

EN FE DE LO CUAL, los Plenipotenciarios infrascritos, presentados sus plenos poderes que han sido hallados en buena y debida forma, firman la presente Convención, en nombre de sus respectivos gobiernos, en la ciudad de Caracas, el dia veinticho de marzo de mil novecientos cincuenta y cuatro.

(Seguem-se as assinaturas).

CONVENTION POUR LE DEVeLOPpeMENT DES RELATIONS CULTURELLES INTERAMERICAINES

Les gouvernements représentés à Dixième Conférence Interméricaine,

Considerant:

Qu'une connaissance et une compréhension plus larges des peuples et des institutions des pays membres de l'Organisation des Etats Américains contribueront á la réalisation des objectifs pou lesquels la Conférence a été convoquéé, et

Qu'entre autres moyens appropries pour arriver à cette fin, il convient d'assurer l'échange de professeurs, d'instituteurs et d'étudiants entre les pays américains, ainsi que d'encoura.

Ger des rapports plus étroits entre los instituions non officielles qui contribuent à former l'opinion publique,

Decident:

De reviser le texte et de renforcer l'esprit de la Convention en vue d'encourager les relations culturelles interaméricaines signée à Buenos-Aires em 1936, et, à ceteffet, sont convenus des articles ci-après:

Article 1

Tous les ans, suivant ses possibilités, chaque gouvernement accordera pour l'année scolaire suivante une ou plusieurs bourses qui pourroni être accordees soit à des diplômés, munis d'un titre universitaire soit à des professeurs, ou a des personnes possédant un degré de culture équiva ent dechacun des autres Etats memores Les boursiers seront choisis conformément aux dispositions de l'article 4 de la présente Convention. Sans préjudice dece qui précède, chaque gouvernement pourra accorder un nombre plus éleve de bourses d'etudes, s'il en a été ainst convenu dans d'auntres accords internationaux ou d'une manière diferente.

Article 2

Chaque bourse accordée donnera droit à l'mmatriculation, porl'organe jugé approprie, dans une institution d'enseignement superieur deisgnée par le pays qui accorde la burse, aux manuesl, au materiel de travail, et en outr à une mensualite pour couvrir le logement l'entretien et dautres frais addit nnels indispesaoles. Lesfraisde voyage au pays ou se trouvera l'instituion désignée, ceux du retour au pays d'origine, de même que les frais ocasionnels faits durant le voyage seront supportés par lebénéficiaire ou par le gouvernement qui l'aura présenté.

Article 3

Un molsau moinsavant ledélai indiqué à l'article suivant pour la soumission des listes de candidats, chaque

gouvernement fera connaître aux autres gouvernements les branches d'études pour lesquelles il est disposé à accorder les bourses.

Article 4

Les bourses auxquelles après l'échange, par les gouvernements intéressés, des listes de candidats et de la manière suivante:

Sauf dispositions contraires prises par les gouvernements intéressés, chacun d'eux enverra aux autres six mois au moins avant le commencement de l'année scolaire dans le pays d'accueil une liste de candidats réunissant les conditions indiquées à l'article 1, ainsi que les renseignements sur chacun d'eux que le gouvernement qui accorde la bourse estimera nécessaires. Cette liste devra comprendre un nombre de noms suffisants pour permettre au pays qui concède les bourses de faire un choix parmi les candidats. Ce dernier fera connaître les bourses accordées et les noms des bénéficiaires au gouvernement intéressé trois mois avant le commencement de l'année scolaire.

Les candidats ne pourront figurer plus de deux fois sur les listes. Les bourses seront accordées pour une période d'une année, mais elles pourront être prolongées jusqu'à deux ans, et, dans des cas exceptionnels, jusqu'à trois. Aucun gouvernement ne sera obligé de tenir compte de la liste de candidats d'un autre gouvernement si elle n'a pas été présentée dans le délai indiqué.

Article 5

Si pour un motif quelconque il était nécessaire de rapatrier un boursier, le gouvernement qui a accordé la bourse pourra le faire pour compte du gouvernement qui avait présenté le candidat.

Article 6

Il incombe à laquelle des Hautes Parties Contractantes intéressées à obtenir la collaboration de professeurs ou de spécialistes étrangers, et qui n'aurait pas choisi une personne déterminée, de faire par l'intermédiaire de l'Union Panaméricaine, laquelle fera part de la demande à tous les pays, et, dans un délai de trois mois, transmettra la réponse au pays intéressé qui devra alors choisir entre les candidats.

Les professeurs ou spécialistes visiteurs se consacreront aux tâches définies pour lesquelles ils auront été engagés.

Le gouvernement qui envoie les professeurs ou les spécialistes devra les frais de voyage de chacun d'eux au siège de l'institution à laquelle il est destiné, ainsi que ceux du retour au pays d'origine.

Chaque gouvernement prendra les mesures nécessaires pour que les professeurs ou les spécialistes visiteurs reçoivent le traitement correspondant aux tâches qui leur auront été assignées. Le gouvernement du pays d'origine du professeur ou du spécialiste remboursera toute différence défavorable entre le traitement reçu à l'étranger et celui que le professeur ou le spécialiste recevait dans son pays. Néanmoins, pour des cas spéciaux, les gouvernements intéressés pourront prendre d'autres arrangements.

Article 7

Les Hautes Parties Contractantes organiseront d'autre part, surtout durant les périodes de vacances, l'échange de fins culturelles, de professeurs, d'étudiants, d'artistes et autres professionnels, entre leurs pays respectifs.

Article 8

Chaque gouvernement désignera ou créera un organe approprié, ou désignera un fonctionnaire spécial, qui aura la responsabilité d'assurer l'exécution, des engagements contractés dans la présente Convention.

Article 9

Les copies certifiées conformes de règlements qu'adoptera chacune des Hautes Parties Contractantes pour faciliter la mise en application de la présente Convention seront remises aux autres parties, ainsi qu'à l'Union Panaméricaine.

Article 10

Tous les ans les Hautes Parties Contractantes enverront à l'Union Panaméricaine un rapport énumérant les personnes qui auront reçu des bourses des gouvernements en vertu des dispositions de la présente Convention. Ce rapport devra indiquer la nationalité des boursiers, ainsi que la somme d'argent et la nature de la paie qu'ils auront reçue.

Ce rapport comprendra en outre les renseignements sur les personnes venant d'autres Etats de L'Amérique, qui font des études universitaires ou équivalentes dans le cadre d'autres programmes d'échange de personnes, ou pour leur propre compte.

Les susdits rapports comprendront de plus des données relatives aux professeurs et aux spécialistes.

L'Union Panaméricaine compilera les données reçues conformément à cet article pour l'information des Hautes Parties Contractantes.

Article 11

Les Hautes Parties Contractantes déclarent que la présente Convention s'inspire du plus haut esprit de coopération et qu'elles subordonnent la réciprocité aux conditions particulières à chaque pays.

Article 12

La présente Convention n'infirme pas les engagements de même nature contractés antérieurement par les Hautes Parties Contractantes ni n'exclut la possibilité pour elles de conclure ultérieurement d'autres accords.

Article 13

La présente Convention est ouverte à la signature des Etats membres de L'Organisation des Etats Américains et sera ratifiée par les Etats signataires conformément à leurs dispositions constitutionnelles.

Article 14

L'instrument original, dont les textes français, anglais, espagnol et portugais font également foi, sera déposé auprès de l'Union Panaméricaine, laquelle en enverra aux gouvernements des copies certifiées aux fins de ratification. Les instruments de ratification seront déposés auprès de l'Union Panaméricaine, qui notifiera chaque dépôt aux gouvernements signataires.

Article 15

La présente Convention entrera en vigueur pour les Etats qui la ratifient dans l'ordre ou ils auront déposé leurs instruments de ratification respectifs.

Article 16

La présente Convention restera en vigueur indéfiniment, mais pourra être dénoncée par l'un quelconque des Etats signataires moyennant un préavis d'une année, à l'expiration de laquelle ses effets cesseront pour l'Etat qui l'aura dénoncée; elle restera en vigueur entre les autres Etats signataires. La dénonciation sera communiquée à l'Union Panaméricaine, qui en informera les autres Etats signataires.

EN FOI DE QUOI, les plénipotentiaires soussignés, ayant déposé leurs pleins pouvoirs qui ont été trouvés en bonne et due forme, signent la présente Convention au nom de leurs gouvernements respectifs, en la ville de Caracas, le vingt-huit mars mil neuf cent cinquante-quatre.

(Seguem-se as assinaturas)

CONVENTION FOR THE PROMOTION OF INTER-AMERICAN CULTURAL RELATIONS

The governments represented at the Tenth Inter-American Conference,

CONSIDERING:

That greater knowledge and understanding of the peoples and the institutions of the countries members of the Organization of American States will contribute to the realization of the purposes for which the Conference was convened; and

That, among the suitable means for attaining this end, are the exchange of professors, teachers, and students among the American countries and the encouragement of closer relationships among the unofficial agencies that exert an influence on the formation of public opinion,

Resolve:

To revise the text and strengthen the spirit of the Convention for the Promotion of Inter-American Cultural Relations, concluded at Buenos Aires in 1936, and to that end agree on the following articles:

Article 1

Every year each government shall award one or more fellowships, insofar as it may be able to do so, for the ensuing scholastic year, which may be granted to graduate students or to teachers or to other persons with equivalent qualifications from each of the other Member States. The recipients shall be chosen in accordance with the procedure established in Article 4 of this Convention. Notwithstanding the foregoing, each government may award a greater number of fellowships for study if this has been provided in other international agreements or otherwise.

Article 2

Each fellowship shall include through such agency as may be deemed appropriate, tuition in an institution of higher learning designated by the country awarding the fellowship, as well as books, working materials, and, in addition, a monthly allowance to cover lodging, subsistence, and other necessary additional expenses. The expenses of traveling to the designated institution and those of returning to the country of origin and in addition, an amount for incidental travel expenses during the journey shall be borne by the recipient or by the nominating government.

Article 3

Each government shall notify the others of the fields of study in which it is prepared to award fellowships at least one month before the period referred to in the following article for the transmission of the panels of candidates.

Article 4

The fellowships referred to in Article 1 shall be awarded after the governments concerned exchange panels of names in the following manner.

Each government shall send to each of the other governments, at least 6 months before the opening of the scholastic year in the host country, unless otherwise agreed upon by the interested governments, a panel containing the names of candidates, of the categories referred in Article 1, together with the information regarding each that the government awarding the fellowships deems necessary. The panel shall contain a sufficient number of names to permit the country awarding the fellowships to choose from among the candidates. The latter country shall announce the award of the fellowships and the names of the successful candidates to the nominating government at least 3 months before the opening of the scholastic year.

A candidate's name shall not appear on the panels more than twice. The fellowships shall be awarded for one year, but may be extended for a second year and, in exceptional cases, for a third. No government shall be obliged to consider the panel of names of candidates proposed by any other government if it has not been presented in accordance with the schedule indicated.

Article 5

In for any reason it becomes necessary to repatriate the recipient of a fellowship, the government awarding the fellowship may effect the repatriation at the expense of the nominating government.

Article 6

Any of the High Contracting Parties which may be interested in obtaining the services of professors or specialists from other countries and which has not chosen specific individuals may do so through the services of the Pan American Union. The Pan American Union will forward the request to the other countries and will send their replies to the interested country within three months, the latter country then choosing from among the candidates suggested.

Visiting professors or specialists shall devote themselves to the duties for which they have been specifically engaged.

The government that is sending the professors or specialists shall provide the expenses of travel of each to the seat of the institution to which he has been appointed, and of return to the country of origin.

Each government shall take the necessary measures for visiting professors or specialists to receive a salary commensurate with the duties which are assigned to them. The government of the country from which the professor or

specialist comes shall compensate him for any unfavorable difference between the salary which he is to receive in the host country and that which he has been receiving in the country from which he comes. However, in specific cases, the governments concerned may make other arrangements.

Article 7

The High Contracting Parties will encourage, in other ways, especially during vacation periods, the exchange, for cultural purposes, of teachers, artists, students, and other persons engaged in the professions, between their respective countries.

Article 8

Each government shall designate or create an appropriate organ, or appoint a special officer, to have responsibility for carrying out the obligations assumed by virtue of this Convention.

Article 9

Authenticated copies of the regulations issued by each of the High Contracting Parties to facilitate compliance with this Convention shall be sent to the other High Contracting Parties and to the Pan American Union.

Article 10

The High Contracting Parties shall transmit annually to the Pan American Union a report enumerating the persons to whom fellowships have been awarded by the governments in accordance with the terms of this Convention. The report shall indicate the nationality of the recipients and the amount of money and the type of assistance which they have received.

This report should likewise include information with regard to persons who have come from other American States and are pursuing university or similar studies in accordance with other exchange of persons programs or at their own expense.

The reports referred to above should also include information regarding professors and specialists.

The Pan American Union shall compile the reports received under this Article for the information of the High Contracting Parties.

Article 11

The High Contracting Parties declare that this Convention is motivated by the highest principles of cooperation, the extent of the interchange depending upon the circumstances peculiar to each country.

Article 12

This Convention does not affect similar understandings which have been entered into previously by the High Contracting Parties, nor does it exclude the possibility of their entering into other such understandings in the future.

Article 13

This Convention shall remain open for signature by the States Members of the Organization of American States and shall be ratified by the signatory States in accordance with their respective constitutional procedures.

Article 14

The original instrument, the English, French, Portuguese, and Spanish texts of which are equally authentic shall be deposited with the Pan American Union, which shall transmit certified copies thereof to the governments for purposes of ratification. The instruments of ratification shall be deposited with the Pan American Union, which shall notify the signatory of such deposit.

Article 15

This Convention shall enter into force between the States that satisfy it in the order in which they deposit their respective instruments of ratification.

Article 16

This Convention shall remain in force indefinitely, but may be denounced by any of the signatory States upon one year's notice, at the end of which it shall cease to be in force with respect to the denouncing State, remaining in force for the other signatory States. The denunciation shall be communicated to the Pan American Union, which shall notify the other signatory States of it.

IN WITNESS WHEREOF, the undersigned Plenipotentiaries, whose full powers have been presented and found to be in good and due form sign this Convention, on behalf of their respective Governments, at the city of Caracas, on March twenty-eight, nineteen hundred and fifty-four.

(Seguem-se as assinaturas).

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 de 07/06/1961

Publicação:

- Diário Oficial da União - Seção 1 - 7/6/1961, Página 5151 (Publicação Original)
- Coleção de Leis do Brasil - 1961, Página 399 Vol. 4 (Publicação Original)